



Ata da sessão ordinária de Assembleia Municipal realizada a 27 de novembro de 2020

Aos vinte e sete dias do mês de novembro de dois mil e vinte, pelas vinte e uma horas, reuniu em sessão ordinária no Pavilhão do Parque de Exposições, Mercados e Feiras a Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, convocada pela sua Presidente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1º. Ponto – Proposta de 4ª. Alteração Modificativa 2020 (Revisão Orçamental) -----

2º. Ponto – Reabertura do Mercado Municipal - Proposta de Isenção de Taxas no âmbito da Pandemia da doença COVID/19 até 31 de dezembro de 2020 (para conhecimento) -----

3º. Ponto – Proposta de Protocolo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira – Fornecimento de refeições escolares – Jardim de Infância e Escola do 1º. Ciclo do Ensino Básico de Cortiçadas de Lavre – AL 2020-2021 -----

4º. Ponto – Proposta de Protocolo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nª. Sra. da Vila, Nª. Sra. do Bispo e Silveiras – Intervenções de beneficiação no Centro Escolar (EB 1 Nª5) e Centro Escolar de S. Mateus -----

5º. Ponto – Proposta de Protocolo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nª. Sra. da Vila, Nª. Sra. do Bispo e Silveiras – Pintura do Centro Escolar de S. Mateus -----

6º. Ponto – Proposta de Protocolo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Santiago do Escoural – Instalação de passadeiras e sinalização de trânsito em S. Brissos – Freguesia de Santiago do Escoural -----

7º. Ponto – Proposta de Protocolo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira – Obras de construção de telheiro do Edifício do Posto Médico – Freguesia de Foros de Vale de Figueira -----

8º. Ponto – Proposta de Protocolo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de S. Cristóvão – Limpeza de bermas – Freguesia de S. Cristóvão -----

9º. Ponto – Proposta de Protocolo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de S. Cristóvão – Aquisição e instalação de ar condicionado no Salão Polivalente – Freguesia de S. Cristóvão -----

10º. Ponto – Proposta de Protocolo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçada de Lavre e Lavre – Aquisição e instalação de ar condicionado nas Escolas Básicas de Cortiçadas de Lavre e Lavre e substituição de porta na Escola Básica de Lavre -----

11º. Ponto – Protocolo Local 2019/2020 – Protocolo a celebrar com a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nª. Sra. da Vila, Nª. Sra. do Bispo e Silveiras referente aos sorteios de 2020 -----

12º. Ponto – Informação da Atividade da Câmara Municipal -----

Deu início aos trabalhos da sessão a Sra. Presidente da Assembleia Municipal cumprimentando todos os presentes. -----

Procedeu-se de seguida à chamada, verificando-se as seguintes presenças:-----

Alexandre Júlio Vinagre Pirata, António Joaquim Danado, António Luis Pinto Xavier, António Manuel Bernardo Fitas, António Manuel Martins, Augusto Francisco Rebotim Pascoal, Duarte Manuel Vicente da Luz, Guilherme Tomás Cebola de Almeida Franco, Joaquim Isidoro Miguéns D'Abreu Bastos, Joaquim Alberto Vidigal Galvão, Joaquim José Fradinho Gervásio, João Miguel Amaro Marques, José Carlos das Dores Zorrinho, José Maria Barroso Fernandes, Luis Filipe da Silva Machado, Maria da Conceição Pereira Carneiro, Maria de Fátima Nogueira Breia, Manuel António Coelho, Márcio Rafael Torrinha Veríssimo, Nélia do Carmo Hermitério Regouga Campino, Paula Cristina Pinto Martins, Pedro Manuel Pinto Bento, Rui Fernando Benavente Pascoa, Rui Campo em substituição de Orlando Manuel Beldroega, Sandra Cristina Esperança Matias, Sónia Cristina dos Ramos, Susana do Carmo Cortiçadas Picanço e Susana Raquel Vicente Mendes registando-se vinte e sete presenças. -----

Estiveram ainda presentes a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Dra. Hortênsia Menino, as Senhoras Vereadoras Carmem Carvalheira e Palmira Catarro e os Senhores Vereadores António Pinetra, Gil Porto, Henrique Lopes e Olímpio Galvão. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para informar sobre o envio de condolências, em seu nome pessoal e de todos os eleitos da Assembleia Municipal, à Professora Vitalina Roque Sofio pelo falecimento de sua mãe, bem como ao eleito Paulo Cristo pelo falecimento de seu filho. -----

Ainda no uso da palavra a senhora Presidente da Assembleia colocou à consideração dos eleitos a proposta de ata da sessão ordinária que decorreu no dia vinte e cinco de setembro de dois mil e vinte e não havendo qualquer proposta de alteração foi colocada à votação, sendo aprovada por unanimidade. -----

Deu-se início ao período antes da ordem do dia. -----

Pediu para usar da palavra a eleita senhora Sónia Ramos para apresentar uma moção denominada "Pela Urgência Pediátrica do Hospital Central de Évora", a qual se apresenta transcrita de seguida: -----

*"A deputada Municipal eleita pelo PSD, no âmbito do Regime em vigor da Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, vem propor o seguinte: -----*

*O Conselho de Administração do Hospital Central de Évora determinou o encerramento da urgência geral; -----*

*Por isso, emanou uma circular determinando o encerramento da urgência pediátrica, que passou a balcão de pediatria, podendo funcionar apenas com um médico pediatra ou apenas com um médico interno que esteja nos últimos 12 meses de formação ou até, no seu impedimento, com um médico com treino em pediatria. Portanto, sem nenhum pediatra! -----*

*Em apenas 24h o Conselho de Administração deslocou o serviço de pediatria para as Instalações do comando de Instrução e doutrina do exército, que não apresenta as mínimas condições de funcionamento para um serviço desta natureza, desmantelando por completo o serviço de excelência! -----*

*O Conselho de Administração foi notificado pelo Colégio da Especialidade da Ordem dos Médicos, em outubro, para repor a situação, sob pena de o hospital perder a -----*



capacidade formativa nesta especialidade. Foi dado prazo até 1 de novembro do corrente ano. -----

Ao que se sabe, o Conselho de Administração não promoveu a implementação das recomendações da Ordem dos Médicos. -----

Assim, 10 médicos internos da especialidade de pediatria que nele permanecem, serão transferidos para outros hospitais da região! -----

Esta medida, inviabilizará a manutenção dos vários serviços prestados, como o hospital de dia, consultas externas de pediatria e subespecialidades, de que se destacam o centro de tratamento de dispositivos de perfusão contínua de insulina. -----

A carência de profissionais torna iminente o encerramento do serviço de cuidados intensivos neonatais, que neste momento serve todo o Alentejo e é referência para outras regiões do país; -----

Se tal acontecer, o serviço de obstetrícia fica naturalmente comprometido no Hospital Central de Évora; -----

Nos últimos 10 anos, o hospital abriu apenas 2 concursos para médicos pediatras. Apesar dos alertas dos profissionais, o serviço de pediatria era considerado não carenciado e por isso não beneficiou de qualquer diferenciação positiva na contratação. -----

A incapacidade de tornar o serviço atrativo para os profissionais, aliada à contínua degradação das condições, à escassez de recursos e à prepotência nas decisões, conduziu ao depauperamento dos serviços de saúde no Alentejo; -----

Todavia, os utentes continuarão a pagar taxas moderadoras referentes a um hospital central. -----

O encerramento do serviço de urgência pediátrica representa também um desprestígio inaceitável para os profissionais de saúde, que ao longo dos anos trabalharam incansavelmente para prestar cuidados de saúde de excelência na área da pediatria, alargando as respostas disponibilizadas à população infantojuvenil e construindo um centro pediátrico de referência nacional. -----

O PSD reconhece e sublinha o empenho, o profissionalismo, a dedicação e o mérito de todos os profissionais de saúde que diariamente cumprem a sua missão e reitera a sua total disponibilidade para construir soluções, em prol das pessoas. -----

O PSD entende que a reestruturação efetuada na urgência pediátrica constitui um retrocesso de décadas na qualidade dos cuidados de saúde prestados à população infantojuvenil do Alentejo, constitui uma negação do direito à saúde das nossas crianças. -----

O PSD não se conforma com o encerramento da urgência pediátrica que causará a perda de idoneidade do serviço de pediatria para a formação de médicos internos e conseqüente transferência de recursos humanos qualificados imprescindíveis aos cuidados de saúde das crianças e jovens. -----

A Deputada Municipal do PSD -----

Sónia Ramos -----

Montemor-o-Novo, 27 de novembro de 2020 -----

Ainda no uso da palavra a mesma eleita referiu que este encerramento significa uma perda de qualidade do serviço prestado às crianças. Considera que revela uma grande incompetência do Conselho de Administração daquele hospital. Disse ainda que é uma



situação gravíssima e que para além desta, existem também outras especialidades com grandes dificuldades. -----

Interveio de seguida o eleito senhor Carlos Zorrinho dizendo que esta moção é um enorme exercício de hipocrisia. Tal como a eleita pelo PSD, também os eleitos pelo Partido Socialista não estão de acordo com o encerramento deste serviço, no entanto não votarão a favor desta moção. Disse também que o problema dos recursos humanos é bastante complicado de resolver. -----

Voltou a solicitar o uso da palavra a eleita senhora Sónia Ramos referindo que o Conselho de Administração de acordo com o seu estatuto jurídico tem toda a liberdade para contratar mais profissionais, no entanto, a gestão danosa que tem realizado ao longo dos últimos anos, apenas tem afastado os profissionais. -----

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão pediu a palavra dizendo que todos têm memória sobre o desinvestimento no interior e sobretudo no Alentejo, ao longo destes últimos anos. Informou que os eleitos pela CDU irão votar a favor deste Moção, pelo objetivo essencial. Referiu ainda que a CDU sempre defendeu a manutenção do serviço de Pediatria, mas que a falta de profissionais é crónica e muito se deve à dificuldade de fixação de médicos no interior. A construção do novo hospital já é reivindicada há cerca de vinte anos. O eleito pela CDU apresentou uma Declaração de Voto que se apresenta transcrita de seguida: -----

*“Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo vão votar favoravelmente a proposta de Moção apresentada pela Bancada do PSD. -----*

*O nosso voto a favor prende-se com a questão essencial da moção: A Defesa da Urgência Pediátrica do HESE. -----*

*É do conhecimento público que sempre defendemos o SNS e conseqüentemente a manutenção da Urgência Pediátrica no HESE, que consideramos um Serviço Público fundamental para os alentejanos. -----*

*Também nós defendemos uma Urgência Pediátrica com profissionais qualificados e em número necessário e não apenas um balcão para “remendar” a situação. -----*

*Não podemos, no entanto, deixar de assinalar que o documento proposto pelo PSD empurra toda a responsabilidade pelo sucedido para a Administração do Hospital Central de Évora, o que nos parece no mínimo injusto, para não dizer desonesto. -----*

*A CDU entende este problema como um problema complexo, que não surgiu do nada por mera incompetência da Administração do Hospital, mas um problema que é consequência direta de anos e anos de desinvestimento no SNS e no interior do país. ---*

*Em última instância o que está a acontecer com a Urgência Pediátrica do HESE já aconteceu noutras alturas, com outros Serviços deste mesmo hospital e acontece também noutras hospitais, com outras administrações, sobretudo no interior do País. O problema de fundo é sempre o mesmo: A crónica falta de médicos especialistas no interior! -----*

*Parece-nos lógico que a competência para criar condições para atrair médicos para o interior não será apenas da Administração do Hospital, mas sobretudo do Governo. ---*

*É difícil fixar médicos no interior do país por anos e anos de falta de valorização das carreiras, por anos e anos de falta de valorização remuneratória dos profissionais de saúde. -----*



*A verdade é que a responsabilidade de encontrar respostas para estes problemas é do Governo PS, mas também já foi do Governo PSD/CDS que quando estava no poder nada fez para ultrapassar esta situação e aplicava cortes, atrás de cortes, no SNS. ----- É difícil fixar médicos em Évora também por falta de infraestruturas hospitalares modernas. Recordemos que há mais de 20 anos que a construção do Novo Hospital Central do Alentejo vem sendo adiada por sucessivos Governos, inclusivamente os Governos do PSD/CDS-PP que, diga-se de passagem, fizeram um SNS um dos principais alvos no Governo de Pedro Passos Coelho. -----*

*Votamos favoravelmente pela questão essencial, mas não podemos deixar de assinalar que não nos revemos nesta estratégia de fazer da Administração do Hospital Central de Évora o bode expiatório deste enorme problema para os Alentejanos. -----*

*É ao Governo que devemos exigir medidas urgentes, é também ao Governo que temos que pedir responsabilidades, responsabilidades essas que não podem ser apenas imputadas ao PS, mas também aos partidos que estiveram no poder anteriormente e que agora, na oposição, defende precisamente o contrário do que faziam quando eram Governo. -----*

*Montemor-o-Novo, 27 de novembro de 2020". -----*

Não havendo outros pedidos para uso da palavra a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à votação. -----

Deliberação: Aprovada por maioria, com dezanove votos a favor dos eleitos pela CDU(16), do PSD(1) e do CDS(2), quatro votos contra dos eleitos pelo PS e cinco abstenções dos eleitos pelo PS. -----

De seguida usou da palavra o eleito senhor Manuel Coelho para questionar para quando está previsto o início da intervenção na Escola Primária de Ciborro, porque esta questão já se arrasta há cerca de dois anos letivos. -----

A senhora Presidente da Assembleia deu a palavra de seguida à eleita senhora Susana Picanço, tendo a mesma apresentado uma moção denominada "Em Defesa da Urgência Pediátrica do Hospital do Espírito Santo em Évora", a qual se apresenta transcrita de seguida: -----

*"Como é do conhecimento geral o Serviço de Urgência de Pediatria (SUP) do Hospital Espírito Santo de Évora (HESE) atravessa uma grave carência de médicos pediatras que tem posto em risco o seu funcionamento. -----*

*O Conselho de Administração do HESE não conseguindo contratar mais médicos pediatras para colmatar as lacunas no serviço, provocadas pela perda de 7 médicos especialistas, optou, em outubro deste ano por reestruturar o serviço, implementando um modelo com uma equipa de um pediatra e dois médicos com prática na área pediátrica. Solução que permite ao SUP manter-se aberto, mas que coloca em causa a qualidade do serviço e que nos levanta sérias dúvidas em relação ao ser futuro. -----*

*A acrescentar há ainda que, desde o início da pandemia por covid-19, o Conselho de Administração determinou que o horário semanal dos seis pediatras ao serviço fosse maioritariamente ou integralmente cumprido em urgência, com prejuízo da restante atividade assistencial em consulta e internamento. Tal decisão obviamente vem comprometer o acesso das crianças a cuidados médicos de que necessitam fora do contexto de urgência. -----*



*Não nos pode descansar a solução encontrada pelo Conselho de Administração sobretudo porque sabemos que os problemas na SUP se arrastam há vários anos, motivados pela falta de médicos especialistas. -----*

*O problema agora enfrentado pelo HESE é consequência direta de anos e anos de desinvestimento dos sucessivos Governos no SNS e no interior do país. Já aconteceu noutras alturas, com outros Serviços deste mesmo hospital e acontece em outras unidades de saúde, sobretudo no interior do País. O problema de fundo é sempre o mesmo: A crónica falta de médicos especialistas no interior! -----*

*É difícil fixar médicos no interior do país por deterioração das condições de trabalho e da Carreira Médica e conseqüente abandono do SNS pelos profissionais. -----*

*É difícil fixar médicos em Évora por falta de infraestruturas hospitalares modernas e adequadas às necessidades. Há mais de 20 anos que a construção do Novo Hospital Central do Alentejo vem sendo adiada por sucessivos Governos. -----*

*É, pois, sobretudo ao Governo que devemos exigir responsabilidades nesta matéria, ao atual mas também aos anteriores. -----*

*É ao Ministério da Saúde que temos que exigir medidas urgentes para que os Alentejanos possam voltar a confiar na SUP como um Serviço Público de qualidade. -----*

*Pelo exposto os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo reunida em Sessão Ordinária de 27 de novembro de 2020 propõem; -----*

*Exigir ao Governo que tome medidas urgentes para regularizar a situação precária do SUP de Évora; -----*

*Apelar ao Governo que siga políticas de investimento no interior do país e que possam promover a atração de profissionais de saúde para as regiões mais carenciadas de pessoal especializado; -----*

*Exigir ao Governo uma política de valorização dos profissionais de saúde para que estes não abandonem o SNS; -----*

*Apelar para que a promessa de que finalmente se vai iniciar a construção do novo Hospital Central do Alentejo em Évora não caia por terra; -----*

*Manifestar solidariedade com todos os utentes e profissionais afetados por esta situação. -----*

*Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal” -----*

*Não havendo pedidos de uso da palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à votação. -----*

*Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----*

*De seguida pediu a palavra o eleito senhor Augusto Pascoal, apresentando o documento, que se apresenta transcrito de seguida: -----*

*“Informação à Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo sobre a dívida da Ofício das Artes à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Alcácer do Sal e de Montemor-o-Novo (CCA) e a necessidade da sua regularização envolvendo a Câmara Municipal”: -----*

*No dia 27 de março de 2014, foi assinado um contrato de comodato, por 10 anos, renováveis, entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo (CM) e a Ofício das Artes- Associação para o Ensino e Formação e Desenvolvimento de Atividades Artísticas (OFA), visando a cedência do 1.º andar, do 2.º e do terraço, do edifício sito na Rua 5 de Outubro, n.º 55, nesta cidade, para funcionamento da Ofício das Artes – Escola Profissional de Montemor-o-Novo (EP), cujo pedido de autorização de funcionamento*

aguardava ainda despacho autorizador no Ministério da Educação, conseguido apenas no final de agosto desse ano. -----

O edifício cedido estava em avançado estado de degradação, carecendo de obras de fundo e urgentes para poder acolher a EP. Precisou de um telhado novo, de paredes reparadas, do soalho nos dois pisos restaurado, de portas e janelas novas, de vidro triplo no 1.º andar e duplo no 2.º, de canalizações novas e de wc's adequados, para pessoas com mobilidade reduzida, de instalação elétrica nova e da aquisição e colocação de um elevador/monta-cargas, entre outros aspetos. Para a realização desta obra em tempo record, orçamentou-se 297.850,80 €, que foram largamente excedidos, como se veio a verificar. De salientar, que o edifício cedido não permitia o crescimento do número de turmas para além de três em simultâneo e que, com esse exíguo número de turmas, a EP, para além de não poder crescer, dificilmente sobreviveria financeiramente. -----

Com aquele contrato de comodato, a CM conseguiu requalificar o seu edifício degradado, no qual poderia iniciar-se o funcionamento de uma EP, sem futuro naquele local. Pouco depois do início do ano letivo 2015/16, na OFA já se falava na hipótese de pedir à CM a cedência do Matadouro, para se apresentar nova candidatura para o recuperar e nele construir o edifício para a EP, porque o da 5 de Outubro não a deixaria desenvolver-se e ser sustentável. -----

Enquanto as obras decorriam, a CM cedeu parte dos espaços do Centro Juvenil, o seu estúdio de gravação e o salão nobre do Teatro Curvo Semedo, neste caso, para as aulas de orquestra. -----

Para as obras em causa, a OFA fez uma candidatura ao INAlentejo, para aquele valor, que foi aprovada numa percentagem que poderia chegar a 80% do montante considerado. No final da obra apresentou-se o pedido de reembolso, mas, para tal, a OFA teve que pagar a totalidade da despesa feita e comprovadamente liquidada. Como a OFA não tinha dinheiro e teve que fazer o pagamento na íntegra, pediu um empréstimo de 305.000 € à CCA, assinado pelos três elementos da Direção na altura, Daniel Garfo, Ulf Ding e Augusto Pascoal, que, na impossibilidade de ser a CM a avalizar-lo formalmente, o fizeram também, porque a CM faria chegar à CCA declarações anualmente, através das quais se comprometia a ceder à OFA 25.000 €/ano e seria com esse valor que a OFA pagaria mensalmente a dívida à CCA, como de facto aconteceu regularmente até outubro de 2019. -----

O reembolso do INAlentejo demorou algum tempo e o POCH, no período de transição entre Quadros Comunitários atrasou-se a pagar os pedidos de reembolso que foram sendo apresentados. O ano letivo começou em setembro, mas só no final de abril do ano seguinte chegaram à OFA os primeiros valores. -----

Assim que se recebeu o reembolso do INAlentejo, amortizou-se a dívida na CCA em 100.000€ e utilizou-se o restante para pagar instrumentos musicais, as bolsas aos alunos, os vencimentos aos funcionários, os honorários aos professores e formadores, regularizaram-se os pagamentos de dívidas às Finanças e à Segurança Social, pagou-se a eletricidade, as comunicações e as dívidas aos fornecedores. Se assim não fosse, a EP teria que encerrar ainda antes de terminado o primeiro ano letivo, porque, com incumprimentos perante as Finanças e a Segurança Social, nem poderia pedir os reembolsos. A dívida à CCA, relativa ao crédito atrás descrito, passados 5 dos 10 anos, era, em outubro de 2019, de 157.000 €, isto é, metade do total concedido. -----

*Em outubro do ano passado, elementos dos Corpos Gerentes da OFA terão informado officiosamente a CM que se previa a insolvência da OFA a curto prazo, por ser essa a decisão da sua última Assembleia Geral. Assim sucedeu, em novembro, com a designação do Administrador de Insolvência, tendo a decisão judicial sido tomada em fevereiro deste ano e transitado em julgado, tornando-se definitiva. -----*

*Com a aprovação da cessação do contrato de comodato, por decisão da CM, de 11 de outubro, teria a Câmara de restituir à OFA, ainda não insolvente, o valor correspondente às benfeitorias necessárias (aquelas que são indispensáveis à recuperação do imóvel e que não se podem retirar), como comprovámos junto da CM, de forma sustentada pelas respetivas disposições legais, que referimos, para que a Associação pudesse liquidar o empréstimo pendente no CCA, contraído com a finalidade de pagar as despesas da obra para requalificação do imóvel. Não o fez nessa oportunidade, nem junto do Administrador de insolvência, entregando à massa insolvente o valor correspondente às benfeitorias necessárias. A CM não se apresentou à massa insolvente como devedora, mas fê-lo como credora de um valor puto superior a 7.000 €. -----*

*Como ninguém deu ao Administrador de Insolvência a informação de que foi a OFA que fez e pagou as obras de recuperação do edifício, como constatámos recentemente em contacto com ele, provavelmente porque se pensou que ele possuía essa indicação, o processo encerrou-se sem esse conhecimento. -----*

*A CM continua até hoje sem pagar o montante relativo às benfeitorias necessárias que passaram a fazer parte do imóvel e a CCA, perante a dívida ativa, acionou os avalistas para pagar a parte do crédito concedido, ainda por liquidar. Neste momento, os avalistas sabem que termina no próximo dia 3 de dezembro o prazo dado pela Agente de Execução, para liquidar o valor acima referido, passando de seguida à penhora de bens. Por este motivo, temos pedido à CM que, com os avalistas e a CCA se encontre uma forma da CM não permitir que sejam estes a pagar a recuperação do imóvel municipal, que vai, segundo se diz, acolher brevemente serviços da CM.-----  
2020/11/27-----*

*Augusto Pascoal (membro da Assembleia Municipal)" -----*

*Usou da palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre, José Maria Fernandes para questionar a Câmara Municipal sobre o ponto de situação da intervenção na Estrada Municipal 507. -----*

*A senhora Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao eleito senhor Rui Páscoa, o qual apresentou uma saudação denominada "Combate à Pandemia da COVID-19 – Saudação da Assembleia Municipal às Autarquias e Instituições do Concelho de Montemor-o-Novo e exigências para a resposta necessária à crise sanitária e social", apresentando-se transcrita de seguida: -----*

*"A pandemia devido à Covid-19 que se tem vivido, tem tido um impacto no concelho de Montemor-o-Novo, assim como por todo o país, com consequências profundas no quotidiano das famílias e dos trabalhadores. -----*

*As autarquias, numa situação extrema e inaudita, têm confirmado a sua importância na promoção, defesa e salvaguarda das populações locais, demonstrando a sua capacidade de responder às necessidades mais emergentes, mostrando-se, na sua proximidade, como estruturas decisivas na mitigação dos efeitos de uma pandemia*



com um horizonte de resolução ainda distante, mas cujos efeitos sociais se manifestaram quase de imediato e se prolongarão para lá da crise sanitária. -----  
Incontornável é afirmar e valorizar o papel dos trabalhadores das autarquias locais, em especial dos que com enorme sentido de serviço público se assumem na linha da frente, em todas as áreas, dos operacionais aos técnicos de Proteção Civil ou de Ação Social, garantindo o funcionamento de serviços essenciais e criando respostas de emergência às populações. -----

Destacar também, o trabalho das Juntas de Freguesia, muitas vezes para além das suas próprias competências, na resposta às necessidades dos fregueses - como é exemplo, neste concelho, os eleitos e trabalhadores das Juntas de Freguesia que assumiram o tratamento de questões administrativas ligadas à área da saúde quando os postos médicos encerraram nas localidades rurais ou se prestaram a ser facilitadores dos processos de aprendizagem à distância dos alunos, em tempo de estado de emergência. -----

Julgamos justo enaltecer todo o empenho e esforço dos eleitos das Autarquias montemorenses bem com as muitas medidas tomadas pelo Município e pelas Juntas de Freguesia para o combate à Pandemia, nomeadamente: -----

- A criação de um Grupo de Gestão de Risco Covid-19, através da permanente articulação com a Rede Social de e com o Agrupamento de escolas de Montemor-o-Novo; -----

- A dinamização da Rede informal de voluntariado, em articulação com as Juntas de Freguesia, para apoiar pessoas em situação de vulnerabilidade, idosos ou outros identificados, nomeadamente na entrega de bens alimentares e medicamentos, ou obtenção de receituário médico; -----

- No reforço da proximidade com a população pela divulgação de uma linha telefónica para apoio social, na criação de um Fundo de Emergência Municipal para apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade; -----

- No apoio à aquisição de material de apoio médico para reforço de resposta dos serviços regionais de saúde; -----

- Assegurando a atribuição de apoio extraordinário à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Montemor e IPSS's do Concelho, para aquisição de equipamentos de proteção individual e outros meios ou equipamentos necessários ao combate ao COVID-19; -----

- Na antecipação dos pagamentos a todos os fornecedores e prestadores de serviços e redução do prazo médio de pagamento; -----

- Na decisão da não aplicação de juros de mora a pagamentos em atraso ou com prazo alargado de pagamento referentes a taxas, tarifas ou serviços prestados pela Câmara Municipal; -----

- No isentar do pagamento das esplanadas desde o início de março até que possam retomar o funcionamento normal (caso já o tenham efetuado para o ano de 2020); -----

Na distribuição de Kits de mitigação COVID-19 pelos comerciantes/serviços de restauração, na criação da Linha Municipal de Acompanhamento e Apoio às empresas;

- Na distribuição de máscaras comunitárias à população; -----

- Na cedência temporária de equipamento informático ao agrupamento de escolas de Montemor- o-Novo para apoiar os alunos do 1º ciclo com mais dificuldades, no ensino à distância, durante o período de confinamento, na promoção de ações de

*sensibilização de práticas higiénico-sanitárias dirigidas aos trabalhadores do município, entre tantas outras. -----*

*Na situação pandémica provou-se e é reconhecido o papel insubstituível do Serviço Nacional de Saúde na resposta ao surto epidémico. No entanto, esta crise não deixou igualmente de evidenciar fragilidades e sérias dificuldades, onde a falta de investimento em recursos humanos e meios técnicos dificultam seriamente uma resposta mais qualificada e eficaz às questões de saúde pública, circunstância que releva ainda mais o extraordinário empenhamento de todos os profissionais de saúde, que num contexto de grande dificuldade dão exemplo de grande profissionalismo e dedicação. -----*

*A progressão da pandemia e das suas consequências sociais é desigual, sendo evidente o seu impacto nas camadas mais desfavorecidas, mais afetadas pela precariedade laboral, de menores recursos económicos, com mais desproteção social e com menores condições de vida. Refletiu-se também nas atividades económicas, agravando-se a situação das micro, pequenas e médias empresas e de pequenos produtores, setor fundamental na criação de emprego e de coesão social. -----*

*Assim, a Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, reunida 27 de novembro de 2020, delibera: -----*

- a) Valorizar o empenho das autarquias locais montemorenses nas respostas de emergência criadas e que permitiram, numa primeira fase de enorme incerteza e complexidade, contribuir positivamente para o esforço de combate à pandemia e de mitigação dos seus efeitos sociais imediatos; -----*
- b) Saudar as instituições de solidariedade social, a Associação de Bombeiros e o movimento associativo popular pela sua atividade e papel junto da comunidade, exigindo que sejam definidos com celeridade mais mecanismos de apoio que potenciem a sua atividade; -----*
- c) Exigir um reforço do investimento no Serviço Nacional de Saúde, condição necessária para a melhoria na resposta à presente situação pandémica, mas também aos problemas de saúde conexos que dela decorrerão, assim como os que se gerarão na complexa situação social criada; -----*
- d) Salientar a importância para o ataque à pandemia das equipas multidisciplinares, com técnicos da saúde pública, segurança social e município; -----*
- e) Apelar à responsabilidade dos cidadãos em isolamento profilático, para que o respeitem; -----*
- f) Valorizar os serviços públicos e o seu papel na resposta aos cidadãos, às atividades económicas e às instituições, e a necessidade do seu reforço designadamente mais e melhor Segurança Social; -----*
- g) Exigir medidas de proteção do emprego, dos rendimentos dos trabalhadores e de proteção e ampliação dos seus direitos sociais e laborais, das micro, pequenas e médias empresas, contribuindo para que a uma crise sanitária não se acrescente uma espiral de recessão social; -----*
- h) Afirmar que a resposta à recessão económica deve ser um forte investimento da administração pública central nos serviços públicos e infraestruturas fundamentais às populações e no apoio à recuperação da atividade produtiva do país. -----*

*Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal -----*

*Montemor-o-Novo, 27 novembro de 2020" -----*



Sobre esta saudação apresentada, o eleito pelo Partido Socialista, senhor Carlos Zorrinho interveio referindo que os eleitos pelo PS irão votar a favor. Acrescentou que haveriam outras referências a fazer, nomeadamente o esforço das empresas, dos empresários, dos empreendedores e de muitos mais sectores e de atitudes que têm contribuído para minimizar o impacto desta Pandemia. -----

Pediu a palavra a eleita senhora Sónia Ramos afirmando que votará a favor pela sua essência, no entanto não pode concordar com algumas referências do documento, considerando que se tratam de autoelogios ao desempenho de eleitos locais (Presidentes de Juntas de Freguesia e Câmara Municipal). -----

Não havendo outros pedidos para uso da palavra a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou a saudação à votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

Logo de seguida, pediu para intervir o eleito senhor Pedro Bento para referir que na sua opinião fazia todo o sentido que a presente sessão pudesse decorrer em modelo misto ou seja os eleitos que se sentissem seguros estavam presencialmente, os restantes estariam à distância. Acrescentou que conhece outras autarquias que já realizaram as sessões da Assembleia Municipal neste modelo. -----

Em resposta a senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que vai analisar a proposta. -----

De seguida deu a palavra ao eleito senhor António Xavier, o qual afirmou que nestes tempos de confinamento, para alguns, é muito importante lembrar que a liberdade é de todos e não pode haver apenas liberdade para alguns. Referiu se ainda à coragem de Ramalho Eanes e de todos os bravos do 25 de Novembro 1975, manifestando a sua gratidão pessoal. -----

Não havendo outros pedidos para uso da palavra a senhora Presidente da Assembleia Municipal informou que ia dar início à ordem de trabalhos. -----

1º. Ponto – Proposta de 4ª. Alteração Modificativa 2020 (Revisão Orçamental) -----

Neste primeiro ponto a senhora Presidente da Câmara Municipal referiu que esta proposta de alteração está relacionada com o reforço dos valores respeitantes a duas empreitadas que estão a iniciar-se. -----

Não havendo pedidos para usar da palavra a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta à votação. -----

Deliberação: Aprovada por maioria, com dezasseis votos a favor dos eleitos pela CDU; um voto contra da eleita pelo PSD e onze abstenções dos eleitos pelo PS(9) e pelo CDS/PP(2). -----

2º. Ponto – Reabertura do Mercado Municipal - Proposta de Isenção de Taxas no âmbito da Pandemia da doença COVID/19 até 31 de dezembro de 2020 (para conhecimento) -----

A senhora Presidente da Assembleia Municipal informou que a proposta em questão está relacionada com a reabertura do Mercado Municipal e não será sujeita a deliberação. -----

Pediu a palavra o eleito senhor António Xavier para solicitar alguns esclarecimentos sobre a proposta apresentada, nomeadamente se as referidas isenções de taxas têm efeitos retroativos, se apenas se referem ao mês de dezembro e se são para aplicar

ainda em 2021. Questionou também sobre qual a data prevista para reabertura do Mercado Municipal. -----

Sobre as questões colocadas a senhora Presidente da Câmara Municipal disse que a proposta não tem efeitos retroativos, porque não estão a ser cobradas quaisquer taxas no Mercado a funcionar no antigo Matadouro. Esta isenção está prevista até 31 de dezembro, sendo que estão a ser analisadas medidas futuras. Informou que a reabertura está prevista para o dia cinco de dezembro. -----

3º. Ponto – Proposta de Protocolo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira – Fornecimento de refeições escolares – Jardim de Infância e Escola do 1º. Ciclo do Ensino Básico de Cortiçadas de Lavre – AL 2020-2021 -----

Neste ponto a senhora Presidente da Câmara Municipal informou que este Protocolo se destina ao fornecimento de refeições escolares aos alunos que frequentam o Jardim de Infância e Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico de Cortiçadas de Lavre por acordo com a Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira. -----

Não havendo qualquer pedido para uso da palavra a senhora Presidente da Assembleia colocou a proposta à votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

4º. Ponto – Proposta de Protocolo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nª. Sra. da Vila, Nª. Sra. do Bispo e Silveiras – Intervenções de beneficiação no Centro Escolar (EB 1 Nª5) e Centro Escolar de S. Mateus -----

Relativamente a esta proposta, a senhora Presidente da Câmara Municipal esclareceu que a mesma diz respeito a uma intervenção de ampliação da cobertura exterior na EB1 nª5 (Centro Escolar), assim como da substituição do Parque Infantil no Centro Escolar de S. Mateus. -----

Não havendo qualquer pedido para uso da palavra a senhora Presidente da Assembleia colocou a proposta à votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

5º. Ponto – Proposta de Protocolo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nª. Sra. da Vila, Nª. Sra. do Bispo e Silveiras – Pintura do Centro Escolar de S. Mateus -----

A senhora Presidente da Câmara Municipal disse este Protocolo tem a ver com um apoio da Câmara Municipal, no valor de 50% do custo total, à União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras para pintura dos edifícios do Centro Escolar de S. Mateus. -----

Não havendo qualquer pedido para uso da palavra a senhora Presidente da Assembleia colocou a proposta à votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

6º. Ponto – Proposta de Protocolo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Santiago do Escoural – Instalação de passadeiras e sinalização de trânsito em S. Brissos – Freguesia de Santiago do Escoural -----



A senhora Presidente da Câmara Municipal referiu que esta proposta diz respeito a um Protocolo com a Junta de Freguesia de Santiago do Escoural para uma intervenção em arruamento de S. Brissos para instalação de passadeiras, de modo a reduzir a velocidade de circulação. -----

Não havendo qualquer pedido para uso da palavra a senhora Presidente da Assembleia colocou a proposta à votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

7º. Ponto – Proposta de Protocolo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira – Obras de construção de telheiro do Edifício do Posto Médico – Freguesia de Foros de Vale de Figueira -----

Quanto a este Protocolo, a senhora Presidente da Câmara Municipal informou que o mesmo se destina à obra de construção de telheiro junto à entrada do edifício do Posto Médico daquela freguesia. -----

Não havendo qualquer pedido para uso da palavra a senhora Presidente da Assembleia colocou a proposta à votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

8º. Ponto – Proposta de Protocolo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de S. Cristóvão – Limpeza de bermas – Freguesia de S. Cristóvão -----

Neste ponto a senhora Presidente da Câmara esclareceu que se trata de uma proposta de apoio à Junta de Freguesia de S. Cristóvão para uma intervenção de limpeza de bermas na rede viária, a qual não poderia ser realizada pelos serviços municipais, tendo sido a referida Junta de Freguesia a assegurar essa intervenção. -----

Não havendo qualquer pedido para uso da palavra a senhora Presidente da Assembleia colocou a proposta à votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

9º. Ponto – Proposta de Protocolo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de S. Cristóvão – Aquisição e instalação de ar condicionado no Salão Polivalente – Freguesia de S. Cristóvão -----

Interveio a senhora Presidente da Câmara Municipal afirmando que se trata de uma proposta de apoio no sentido de melhorar as condições de climatização do espaço do Salão Polivalente em S. Cristóvão, onde decorre grande parte das atividades na freguesia. -----

Não havendo qualquer pedido para uso da palavra a senhora Presidente da Assembleia colocou a proposta à votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

10º. Ponto – Proposta de Protocolo entre o Município de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçada de Lavre e Lavre – Aquisição e instalação de ar condicionado nas Escolas Básicas de Cortiçadas de Lavre e Lavre e substituição de porta na Escola Básica de Lavre -----

Relativamente a esta proposta a senhora Presidente da Câmara Municipal esclareceu que se trata de um apoio da Câmara Municipal à Junta de Freguesia da União de



Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre para melhoria de alguns equipamentos escolares. -----

Não havendo qualquer pedido para uso da palavra a senhora Presidente da Assembleia colocou a proposta à votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

11º. Ponto – Protocolo Local 2019/2020 – Protocolo a celebrar com a Junta de Freguesia da União de Freguesias de N.ª. Sra. da Vila, N.ª. Sra. do Bispo e Silveiras referente aos sorteios de 2020 -----

Quanto a este Protocolo a senhora Presidente da Câmara explicou que se trata de uma proposta de Colaboração, no âmbito do Protocolo Local, relativamente ao Sorteio de Verão e também ao Sorteio do Natal, sendo o apoio concedido respeitante ao custo do valor da realização desses dois sorteios. -----

Não havendo qualquer pedido para uso da palavra a senhora Presidente da Assembleia colocou a proposta à votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

12º. Ponto – Informação da Atividade da Câmara Municipal -----

De novo no uso da palavra a senhora Presidente da Câmara Municipal prestou algumas informações sobre a evolução da Pandemia COVID-19, tendo referido que o número de casos continua a aumentar no concelho. Disse também que no período de cerca de sete dias a Câmara Municipal não teve acesso a qualquer tipo de dados, nem quaisquer outras informações por parte da Autoridade de Saúde Pública. Como se desconheciam os números reais de casos, a Câmara Municipal acabou por ser surpreendida pela integração do concelho como risco elevado. Neste momento a situação está restabelecida e está a ser enviada a informação. -----

Realçou o papel das instituições sociais, das forças de segurança, dos serviços de saúde, dos agentes económicos no sentido de minimizar o impacto desta situação pandémica. -----

Informou também os eleitos sobre um Protocolo estabelecido com a Santa Casa da Misericórdia de disponibilização do fornecimento de refeições direcionadas a famílias ou pessoas que tenham a necessidade desse serviço por se encontrarem em isolamento. A Câmara Municipal procedeu também a um reforço dos apoios às instituições sociais que intervêm na área dos idosos e de Lares Residenciais no concelho, nomeadamente para aquisição de equipamentos de proteção individual.

A Câmara Municipal tem vindo também a tomar medidas de apoio aos agentes económicos, os quais têm as suas atividades bastante limitadas. -----

No que respeita ao funcionamento dos serviços municipais também têm vindo a ser reforçadas as medidas em função das avaliações feitas e da situação do país. Recentemente foram reforçadas as medidas no âmbito da sensibilização nas mais diversas atividades que são prestadas, como o desfasamento de horários e a modalidade de teletrabalho, de modo a minimizar o risco de contactos. -----

O Serviço Municipal de Proteção Civil e o Serviço de Ação Social continuam a acompanhar a equipa Multidisciplinar nas visitas às Instituições do concelho no sentido de validar o seu funcionamento, bem como fazer o acompanhamento do plano de testagem preventivo aos trabalhadores dessas Instituições. -----



Ainda no uso da palavra, a eleita valorizou todo o esforço dos serviços de saúde locais, bem como das equipas de saúde pública pela enorme pressão relacionada com o acréscimo de casos e de outras situações relacionadas com a Pandemia, considerando ser fundamental e necessário que estas equipas sejam dotadas dos meios necessários para dar a melhor resposta. -----

Sobre a exposição apresentada pelo eleito senhor Augusto Pascoal, a senhora Presidente da Câmara afirmou que a Câmara já colocou por escrito o entendimento sobre o assunto, considerando que não à lugar ao pagamento das referidas benfeitorias. -----

De seguida a senhora Presidente da Câmara Municipal deu a palavra ao senhor Vereador António Pinetra no sentido de dar resposta à questão colocada pelo eleito senhor Manuel Coelho. Assim o senhor Vereador esclareceu que nunca terá sido afirmado que a intervenção na Escola Básica de Ciborro seria realizada pelos serviços municipais e por administração direta, uma vez que envolve questões de natureza estrutural. Informou que já se encontra concluído o projeto e que foi lançado um procedimento concursal, no entanto ficou deserto. -----

Neste momento encontra-se já a decorrer novo procedimento e devido ao seu carácter urgente, estão a ser realizados contactos diretos com empresas para que a intervenção possa decorrer durante o ano de 2021, com o objetivo da Escola poder reabrir no início do próximo ano letivo. Acrescentou também que relativamente ao custo desta obra, o mesmo será suportado apenas pelo orçamento municipal, uma vez que não foi realizada candidatura a financiamento. -----

Relativamente à intervenção na EM 507, o eleito informou que foi feita a consignação já esta semana, prevendo-se o início dos trabalhos na próxima semana. -----

Voltou a usar da palavra o eleito senhor Augusto Pascoal referindo que se trata de um assunto é muito sério. Acrescentou que foi proposto à Câmara Municipal (considerando toda a Vereação e a Sra. Presidente) que fosse constituído um Tribunal Arbitral cuja composição teria: três juizes (um indicado por ele, outro indicado pela Câmara e outro que seria indicado por ambos) e ainda três professores Universitários de Faculdades de Direito, no entanto até à data de hoje a Câmara não se pronunciou sobre esta proposta. -----

Pedi para usar da palavra o eleito senhor Luis Machado manifestando o seu agrado pela reabertura do Mercado Municipal. Ainda no uso da palavra questionou o executivo sobre qual a percentagem de ocupação de bancas e de lojas. Perguntou também se perante os atrasos naturais ao longo da obra e também com a Pandemia se houve desistências por parte de comerciantes. -----

Usou da palavra a Sra. Presidente da Câmara Municipal para responder ao eleito pelo CDS-PP, informando que o espaço não pode reabrir porque se aguardou cerca de um mês e meio pela validação de um pagamento respeitante a uma vistoria obrigatória para este tipo de edifícios. -----

Acrescentou que o espaço interior se mantém semelhante, existindo bancas fixas e móveis. A informação que o Município dispõe é de que houve duas desistências e que os restantes comerciantes pretendem regressar ao espaço remodelado. Todos os espaços das lojas já foram atribuídos, sendo que algumas irão já funcionar a partir da data de reabertura. Informou ainda que estes estabelecimentos vão ter um horário diferenciado do Mercado Municipal. -----

Pedi para usar da palavra o eleito senhor Joaquim Bastos para questionar sobre qual o horário de funcionamento do mercado agrícola. -----

Em resposta a Senhora Presidente da Câmara Municipal informou que o mesmo vai funcionar de terça a sexta-feira entre as oito horas e as catorze horas e no sábado das sete às treze horas. -----

Retomou a palavra o eleito senhor Joaquim Bastos para questionar sobre quais os sanitários que poderão ser utilizados pelos clientes dos espaços de restauração, após o encerramento do Mercado Municipal. Também é da opinião que não foi considerado, em termos da intervenção realizada, um espaço destinado ao armazenamento de produtos dentro das lojas. -----

Pedi a palavra a senhora Presidente da Câmara Municipal para informar que enquanto não estiver concluída a intervenção de reparação estrutural dos sanitários existentes no exterior, todos os utilizadores dos espaços de loja e restauração vão poder utilizar os sanitários que existem dentro do Mercado. Relativamente à questão dos arrumos, informou que está a ser ponderada uma solução. -----

De seguida, a senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao eleito senhor Manuel Coelho, o qual referiu que numa outra sessão da Assembleia terá sido afirmado pelo senhor Vereador António Pinetra que a intervenção a realizar na EB 1 de Ciborro, seria feita apenas pela Câmara Municipal. -----

A senhora Presidente da Câmara Municipal deu a palavra de novo ao senhor Vereador António Pinetra, o qual referiu que sempre foi assumido, que o custo da intervenção seria do orçamento municipal, mas não por administração direta, lamentando se por acaso não terá sido esclarecedor na sua intervenção. Acrescentou ainda que aquela escola não foi candidadata a outros meios de financiamento. -----

Seguidamente a senhora Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao público. Interveio o senhor Ulf Ding para fazer uma exposição, a qual se apresenta transcrita de seguida: -----

*“Exma. Presidente da Câmara, Exmas. Sras. e Exmos. Srs. Vereadores, Exmos. Membros da Assembleia Municipal, Exmos. Presentes – Boa noite. -----*

*Venho dirigir-me a V. Excelências, porque encontro-me numa situação altamente injusta, gerida porque em tempos assumi responsabilidades no contexto da Escola Profissional de Montemor-o-Novo, Ofício das Artes. -----*

*Se me permitem, quero fazer uma breve apresentação da minha pessoa. O meu nome é Ulf Ding, sou alemão, tenho 57 anos, dos quais 28 anos vividos aqui em Montemor-o-Novo. São quase três décadas a viver e a trabalhar aqui no concelho e a nível nacional, sou músico e construtor de pianos. Com este trabalho consegui reconhecimento, uma boa reputação e projeção a nível nacional, documentado em alguns artigos em jornais e reportagens na televisão. -----*

*À pergunta de onde eu era, respondia sempre: Eu sou de Montemor...(com orgulho de ser Alentejano, como naqueles autocolantes que havia...pois já tinha percebido que o conceito geral do Alentejo era de ser atrasado e adormecido), eu sempre comentava, que era sítio muito bom para se viver, calmo, sim, de um lado, mas cheio de energia e de vontade de fazer contrário, tem um reconhecimento regional e nacional de ser uma cidade de CULTURA.(com letras maiúsculas) -----*

*Desde sempre procurei envolver-me na comunidade, trabalhar com a comunidade. Estive nos primeiros dias das Oficinas do Convento, ainda com o Vasco e a Virgínia -----*



Frois, (~94?). Trabalhei em conjunto com as Juntas de Freguesias e com a Câmara, ainda em tempos de um Jorge Queiroz ou Vitalina Roque ou João Marques e agora com o Gil Porto como Vereadores da Cultura. Colaborei com entidades como o Coral de São Domingos e os Amigos de Montemor, com a Oficina da Criança, com o Espaço do Tempo, também com a Cercimor ou a Associação 29 de Abril. Trabalhei com a TIS e ultimamente com o Agrupamento de Escolas, onde realizei o meu estágio curricular, no âmbito do Mestrado em Musicoterapia da Universidade Lusíada de Lisboa. -----

Sempre me interessou trabalhar na comunidade e não ser um estrangeiro a viver a parte. Depois de um certo tempinho de estranheza e conquista até me senti e hoje seguramente sinto-me integrado e respeitado nesta cidade. -----

Nesta consequência fui convidado no Outono de 2012 pelo João Marques, Vereador da Cultura e pelo Daniel Garfo, que conhecia como músico, para integrar o projeto da criação de uma escola Profissional "Artística" com cursos de música e com a ideia de criar um curso de construção de instrumentos, como existe em outros países, p. ex. na Alemanha. Em mais de vinte anos de experiência profissional neste país, sempre tive este discurso, que era necessário de criar um curso organizado e com método para formar profissionais nesta área. -----

Fiquei entusiasmado com o vinte e com a perspetiva que este sonho se possa realizar até na minha própria cidade! Criou-se a Associação Ofício das Artes para dar uma forma jurídica para gerir o projeto, claro, que aceitei fazer parte da Direção. Procurou-se junto com o Vereador da Cultura um espaço na cidade que possa acolher este projeto, vimos vários... e depois calhou a escolha para a antiga "Casa dos Magistrados" situado na Rua 5 de Outubro, nº55. No rés do chão encontra-se a Junta de Freguesia, estavam vazios o primeiro e o segundo andar, mas em estado miserável, pois houve infiltrações de água, porque o telhado já estava em avançado estado de degradação. E não era só isso, era evidente, que a casa precisava de obras mesmo a sério... -----

Fez-se, com a ajuda dos técnicos da Câmara uma candidatura de reabilitação do edifício da Câmara a INALENTEJO, que foi aprovado. Mas era necessário garantir o financiamento antecipado. Por isso pedimos um empréstimo em 2015 à Caixa Agrícola no valor de 305.000€. Não hesitei nem um momento de assinar o contrato e dar o meu aval com fiador, sabendo que isso são processamentos normais na contratação dum empréstimo. Nunca duvidei, porque era um edifício da Câmara e porque todo o projeto era também uma iniciativa da Câmara. -----

Este empréstimo ia ser pago durante 10 anos, suportado pela atividade da escola e através de apoio da Câmara. Em 2017 tive que sair (fui destituído) da Direção da Ofício das Artes, porque tinha ideias e perspetivas do percurso que a escola devia tomar no futuro, sobretudo em relação à gestão financeira e a gastos desnecessários, que eram diferentes de outros membros da Associação. -----

O resultado está à vista, a Ofício das Artes declarou insolvência em Novembro do ano passado... sou empresário há 30 anos e a gente sabe disso. -----

Bem, quando "fui saído" da Direção da OFA, a nova direção comprometeu-se de me substituir como avalista no Banco, como também seria lógico. Tal não aconteceu, e, aqui quero revelar uma "Interna"... foi por uma espécie de vingança... para me vincular com responsabilidades financeiras sem ter alguma palavra a dar e tão pouco ter influência sobre o caminho da escola, condenado a ver a escola e também o "meu" projeto ir abaixo! -----



*E isto, sem dúvidas é a maior magoa nisto, que um projeto tão bonito, tão interessante, inovador e importante, não só para o concelho, mas até a nível nacional, sendo a primeira escola a administrar um curso novo, que, entretanto, está integrado no catálogo nacional de qualificações, que este projeto terminou a custos de incompetência e de interesses particulares e egoístas... isto é mesmo triste!! -----*

*Agora, qual é a situação atual? A Ofício das artes declarou insolvência sem reclamar as benfeitorias necessárias e assim as mais valias adquiridas do edifício da Câmara que foi cedido à OFA através do contrato de comodato, celebrado em março de 2014 e terminado por parte da Câmara em outubro de 2019. A Caixa reclama aos fiadores a regularização da dívida restante, cerca de 160.000€, ameaçando com a execução e penhora de bens. -----*

*Sou uma pessoa honesta e responsável, quando fizer uma asneira, reconheço e assumo a minha responsabilidade. Agora, neste caso, eu não fiz asneira nenhuma, agi sempre de boa fé, construtivo, para levar este projeto para a frente, sempre em comunicação e transparência com a Câmara, representada pelo Vereador da Cultura e Vice-Presidente, João Marques. -----*

*Não consigo entender, como a mesma Câmara não reconheça que a restante dívida das benfeitorias feitas naquele edifício do qual ela é a única beneficiária, (vai para lá agora o departamento de educação e património), tem que ser assumida por ela, libertando assim os avalistas que não possam ser responsabilizados por terem agido de boa fé, agilizando processos necessários num projeto, e, volto a dizer que era sempre da Câmara e de uma Associação, criada para este efeito. -----*

*Volto a falar de mim pessoalmente e vou já concluir. -----  
Trabalho há quase 30 anos neste concelho para a cultura e para a comunidade, sempre certinho e com honestidade, também neste projeto da Escola Profissional. Não consigo mesmo ver nenhuma razão, nenhuma justificação para que eu tenha que pagar esta dívida relativa a obras feitas num edifício da Câmara. Isto iria pôr em causa todo o meu trabalho dos últimos 30 anos, o meu património e das minhas filhas Júlia e Sofia, nascidas em 2003 e 2005 aqui em Montemor. Isto não é justo!!! -----*

*Excelentíssimos membros da Assembleia Municipal, por favor, não me abandonem agora. Obrigado pela vossa atenção. -----*

*Ulf Ding” -----*

Pediu a palavra o eleito senhor João Marques informando que estava neste momento a intervir como membro do público. Disse que conhecia o projeto apresentado pelo senhor Ulf Ding, desde o seu início até à data de hoje. Participou nele enquanto Vereador da Cultura fazendo a sua promoção e no qual acreditou, por ser ímpar no Alentejo e ímpar no nosso país. Considerou que o mesmo tinha todo o potencial para ser um grande projeto em Montemor. Fizeram-se parcerias com várias entidades, uma delas a Direção Regional de Educação. A Câmara Municipal sempre cumpriu tudo o que foi protocolado com a Escola. Infelizmente a Escola não conseguiu reunir todos os apoios necessários e foi-se progressivamente construindo uma dívida. Posteriormente, a campanha através dos órgãos de comunicação social (reportagem da TVI) quebrou por completo toda a confiança institucional em quem estava a gerir a Escola e na Escola. -----

A partir daí foi muito difícil renegociar dívidas ou fazer Protocolos. -----

Relativamente ao Contrato de Comodato o senhor João Marques referiu que uma vez que o edifício se encontrava em ruínas, foi a Associação que investiu maioritariamente naquele edifício. A Câmara Municipal comparticipou com um terço do investimento e a Associação com dois terços do investimento. -----

Na sua opinião o Gestor de Insolvência deveria ter pedido à Câmara as mais-valias, antes da Declaração de Insolvência. Referiu ainda que sempre defendeu, enquanto Vereador e depois como Dirigente, que as benfeitorias no edifício feitas pela Associação deveriam ser uma salvaguarda do empréstimo da Caixa Geral. Neste momento disse que era difícil resolver esta questão, uma vez que a Associação já não existe. -----

Por princípio, considera ser imoral que a Câmara Municipal seja a principal beneficiária desta ação toda, porque tinha um edifício em ruínas e hoje tem um edifício totalmente recuperado. -----

Não havendo outros pedidos para uso da palavra, a mesa procedeu, de seguida à leitura da Minuta da ata, ao abrigo do número três do artigo quinquagésimo sétimo da lei número setenta e cinco, barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua atual redação, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão pela senhora Presidente da Assembleia Municipal, eram vinte e três horas e quatro minutos do dia vinte e sete de novembro de dois mil e vinte. -----

E eu, Helena Bazilisa Rodrigues, Assistente Técnica, funcionária designada para o efeito, a redigi e subscrevo. -----

A Presidente da Assembleia Municipal



Sandra Cristina Esperança Matias

A Assistente Técnica



Helena Bazilisa Rodrigues